

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

CURSO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL

DEPARTAMENTO: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

RIO DE JANEIRO

2006

THAIANA NETTO FONSECA BAPTISTA

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Trabalho apresentado ao curso de
Vigilância Sanitária e Saúde
Ambiental da Fundação Oswaldo
Cruz, como requisito para a conclusão
do curso.

ORIENTADOR: SÉRGIO MENEZES

RIO DE JANEIRO

2006

RESUMO

Esta monografia trata do tema do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, expondo questões abordadas no último evento sobre o assunto (Agenda 21) e apresentando soluções plausíveis. A questão principal a ser abordada é como as grandes empresas podem ajudar na implantação de sistemas de desenvolvimento sustentável de âmbito ecológico e social no país, já que as mesmas são as principais responsáveis pelo desequilíbrio do meio ambiente.

O ponto inicial é fazer uma breve análise sobre a questão social e a preservação ambiental na América do Sul como um todo, demonstrando como os problemas sociais e econômicos estão ligados às questões ambientais. Logo depois, são expostos de forma clara e sintetizada o meio ambiente brasileiro, como uma forma de situar o leitor de modo que este entenda alguns aspectos do território para que possa acompanhar com clareza o desenvolvimento das idéias contidas no trabalho.

Como existe uma forte ligação entre sociedade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, são expostas as questões como a de distribuição e concentração de população, exploração de recursos naturais, melhoria de condições de vida, amadurecendo o conceito de desenvolvimento sustentável e aplicando-o às grandes empresas. O desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa que pode favorecer tanto a empresa quanto a sociedade e o meio ambiente.

Para mostrar os resultados da implantação do desenvolvimento sustentável são analisadas as empresas O Boticário (empresa privada) e Petrobrás (pública). O objetivo é comparar os serviços prestados ao meio ambiente e sociedade através delas e mostrar quais são suas possíveis vantagens. É importante deixar claro que a finalidade é somente essa e nada mais. Não há aqui qualquer intenção em promovê-las.

Para finalizar, é discutido aqui a Agenda 21, o mais recente evento sobre desenvolvimento sustentável (o que é a Agenda 21, como surgiu, para que serve, o que foi definido, como se dará o cumprimento do que foi estabelecido e outras questões relacionadas ao evento).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realizar este estudo consiste, primeiramente, numa ampla pesquisa bibliográfica específica sobre o assunto abordado; através de livros, periódicos e via Internet. Uma vez selecionado o material a ser utilizado, segue-se à síntese das informações e dados, de forma que se possa avaliar e comparar conteúdos permitindo, assim, uma reflexão sobre o tema e uma análise profunda sobre problemas e soluções a serem consideradas. Para justificar as idéias apresentadas durante o trabalho, foram selecionadas duas empresas de forma que se possa estudar a aplicação das soluções propostas.

SUMÁRIO

RESUMO.....	03
INTRODUÇÃO.....	06
AÇÃO SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	08
O MEIO AMBIENTE BRASILEIRO.....	10
SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
A QUESTÃO AMBIENTAL NAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS.....	12
NORMAS AMBIENTAIS.....	15
PROJETOS E PARCERIAS QUE ESTÃO DANDO CERTO.....	20
APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EMPRESA PETRQUÍMICA PETROBRÁS E NA EMPRESA DE COSMÉTICOS O BOTICÁRIO – PROJETOS, PESQUISAS, CAMPANHAS E APOIOS.....	22
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA À SERVIÇO DA QUESTÃO ECOLÓGICA NAS EMPRESAS.....	32
AGENDA 21 – UM PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	34
CONCLUSÃO.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	39
ANEXO I – DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO	

INTRODUÇÃO

Uma sociedade humana pode ser definida como um grupo de pessoas unidas por um conjunto de traços semelhantes, como por exemplo, traços culturais e étnicos. Ou seja, cada sociedade possui suas tradições, costumes e diversos outros fatores que a caracterizam e determinam.

Para falar de sociedade temos que falar de seu criador e responsável, o Homem. Além das necessidades biológicas imprescindíveis à sobrevivência de todo ser vivo, como alimentação e adaptação ao meio em que vive, o Homem se diferencia das outras espécies por seu “interesse motivador”, o qual, além de contribuir para a evolução da sociedade, ainda a sustenta. Esse interesse, que varia de pessoa para pessoa ou de sociedade para sociedade, pode ser exemplificado como o de buscar sempre novas experiências, de ser aceito no seu grupo social e de ser reconhecido e respeitado no seu ambiente.

Esse interesse motivador, aliado a capacidade humana de aprendizagem, tem sido um dos mais importantes fatores do progresso das civilizações e da evolução das sociedades. Há que se destacar, neste aspecto, a própria estrutura das suas instituições sociais, tais como, a família e a escola, criando um ambiente propício ao processo da aprendizagem.

No ambiente geográfico de nosso planeta, em algumas regiões, podemos notar uma diferença do ser humano para os outros animais: o homem, uma vez adaptado ao ambiente, consegue agir sobre ele; enquanto os animais precisam ajustar-se à geografia local. Isso não significa que o homem tenha poder sobre a natureza. Ele não pode evitar, por exemplo, que fenômenos naturais ocorram, embora possa prevenir-se de alguma forma.

Podemos observar que esses fatores naturais, de uma forma ou de outra, estão ligados à vida humana em sociedade, uma vez que, como consequência do que a natureza lhe ofereceu e graças a sua capacidade de adaptação, o homem pode evoluir através dos tempos. Daí a ligação entre meio ambiente e sociedade.

O atual modelo social, o qual pretendemos utilizar neste trabalho, surgiu a partir do desenvolvimento das atividades econômicas decorrentes do comércio. Este, por sua vez, propiciou o surgimento de uma nova estrutura geográfica das sociedades, que passaram a ser caracterizadas pelo binômio Centro/ Periferia.

A nova estrutura é marcada por constantes mudanças, uma vez que, sendo separadas de acordo com a concentração – maior ou menor – de pessoas ou de comércio, essas áreas que antes eram comerciais tornam-se residenciais ou vice-versa.

A urbanização, como fenômeno, surgiu a partir da Revolução Industrial e, decorrente deste fenômeno, começaram a surgir os problemas sociais; como a pobreza, a violência e a degradação ambiental, típicos de grandes cidades com alta densidade populacional. Como problema social enquadra-se tudo o que foge aos padrões estabelecidos pelas sociedades, que variam desde o bem-estar material e saúde até o ajustamento social.

Esses problemas, que podem levar ao caos urbano, são consequência da dificuldade da administração das cidades. Além disso, podem também ser decorrentes de diversos outros fatores, como: esgotamento e má conservação de recursos naturais, declínio e mobilidade populacional, falta de controle da natalidade e dos movimentos migratórios, mudanças tecnológicas, condições econômicas, educação e saúde pública.

Na verdade, não existe uma causa específica, o que existe são explicações e tentativas de melhorar o problema. O que não existe é uma sociedade sem problema. A própria vida social tende a gerar estes tipos de situações e a humanidade sempre teve que lidar com eles, assim como procurar as soluções, embora muitas delas caminhassem para um mundo utópico. Hoje em dia o que se busca são métodos preventivos para evitar que novos problemas sociais surjam decorrentes dos que já existem.

Neste estudo, a atenção está voltada para os meios empresarial e industrial, já que deles surgem os maiores problemas ambientais. Como não houve a montagem de um projeto de pesquisa, antes da elaboração do mesmo formulou-se uma metodologia que consiste na pesquisa teórica; através de livros, periódicos e Internet; e na análise da aplicação das idéias propostas em duas empresas brasileiras: a Petrobrás e O Boticário. O que se quer mostrar é como este meio pode agir em benefício da natureza e da sociedade, em paralelo ao desenvolvimento de sua atividade produtiva, baseado no conceito de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Interesses particulares de indústrias e empresas na adesão de projetos de desenvolvimento sustentável não é foco deste trabalho. O principal objetivo está em mostrar as vantagens dessas adesões para o meio ambiente e a sociedade brasileira.

A partir da visão da ligação entre meio ambiente e sociedade, esta monografia pretende mostrar como a sociedade brasileira e, principalmente, empresas e indústrias, podem amenizar problemas ecológicos e sociais e prevenirem-se de outros que possam surgir. Nela buscaremos mostrar como a questão ecológica está ligada a problemas, como a pobreza, e de que maneira as ações sociais podem tratar isso. Aqui também serão expostas idéias que unem ação social e proteção ao meio ambiente, a partir da efetiva participação de Organizações Não Governamentais (ONGS) e que, podem gerar empregos e levar cultura à pessoas que, até então, não tinham acesso a mesma.

AÇÃO SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A América do Sul é tida como uma região cujo processo de desenvolvimento encontra-se atrasado em relação aos continentes europeu e norte americano. Altos índices de deterioração das condições de vida da população e baixos índices de atividades produtivas marcam os sistemas sociais desses países.

Acredita-se, atualmente, que problemas econômicos estejam ligados a problemas sociais, ou seja, que o problema econômico dos países sul-americanos seja o responsável pela maioria dos problemas sociais existentes nesta região.

O problema social mais sério é a pobreza que engloba 37% da população da América do Sul. Dentro desse número estão aqueles que são considerados extremamente pobres, ou seja, que não têm condições de sustentar as suas necessidades básicas.

Decorrentes da pobreza surgem questões graves: saúde afetada pelos altos graus de desnutrição e moradia precária, gerando altos índices de mortalidade infantil e epidemias; educação deficiente, com expressiva taxa de analfabetismo.

Outro problema social é a desigualdade econômica e de oportunidades. Os países sul-americanos são caracterizados por concentrar grupos de extrema riqueza em contraste com outros de extrema pobreza. A oportunidade de trabalho e educação fica restrita e difícil para quem não tem recursos financeiros. Os poucos que conseguem sair da pobreza para uma situação melhor, geralmente conseguem isso mediante muito esforço.

O desemprego também é outro agravante e que pode ter as mesmas conseqüências. Existem muitos “programas” sociais com a finalidade de “ajudar” com alimentação e dinheiro a pessoas mais pobres. Esta é uma solução temporária, pois na verdade, o que falta é um modelo econômico capaz de gerar empregos e, conseqüentemente, oportunidades de melhoria das condições de vida. Com educação, conhecimento e uma simples oportunidade, as pessoas tendem a se automotivarem a, cada vez mais, crescerem intelectual e profissionalmente, e acabam despertando a mesma vontade no seu próximo. O incentivo passa a ser maior e mais eficaz.

A pergunta é: O que problemas sociais e econômicos tem haver com questões ecológicas? A resposta é: tem tudo haver.

Os países sul-americanos, por terem tantos problemas econômicos e sociais, acabaram por deixar a questão ambiental em segundo plano. Mas, na verdade, ela pode ter uma ligação muito forte com tais problemas, principalmente no sentido de resolvê-los.

A pobreza, por exemplo, é um fator importante na deterioração ambiental. População pobre e sem acesso à informação e educação, como a maioria, não pode ser consciente do que diz respeito à ecologia. Comportamento natural, pois quando as necessidades básicas à sua sobrevivência, tais como alimentação e moradia, não são atendidas, é utópico pensar em conscientização ambiental. Vítimas do subdesenvolvimento que atinge o meio ambiente de forma drástica, elas acabam usando-o de maneira incorreta por não terem tido a educação necessária para saber tratá-lo. Como acontece nos grandes centros urbanos que, sistematicamente, recebem maciço fluxo migratório oriundo do campo, sem que, na maioria das vezes, tenham qualquer infra-estrutura para abrigar essas pessoas que necessitam se instalar e sobreviver de alguma maneira e acabam vivendo da forma mais precária possível, em um ambiente degradado, sem saneamento básico, gerando para si doenças, desnutrição e tantos outros problemas sociais.

O fato é que eles estão interligados e a tendência é que os problemas causados pela degradação do meio ambiente comprometam cada vez mais o processo de desenvolvimento econômico e social de um país. Este é um problema típico no Brasil.

O MEIO AMBIENTE BRASILEIRO

O Brasil, no início do período colonial, possuía uma extensa área verde que nunca se pensou que pudesse acabar. A variedade de fauna e flora brasileira instigou os colonizadores à exploração desenfreada de nossas terras, começando exatamente neste período o desflorestamento com as atividades agrícolas e o extrativismo vegetal madeireiro.

O Brasil possui uma grande variedade de vegetação que pode fornecer aos homens uma extensa gama de matéria-prima para o seu sustento e industrialização. Porém, o extrativismo vegetal deve ser feito com ponderação, já que, nos dias de hoje, grande parte da flora foi degradada e o que resta está sob os cuidados de órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente e monitorados por algumas ONG's.

Esta preocupação com a preservação da vegetação surgiu quando se percebeu, por exemplo, a sua importância para o controle do clima de uma região. Ela impede o excesso de evaporação nas águas dos rios, fazendo com que as chuvas caiam regularmente. Locais onde há escassez de vegetação costumam ter grandes períodos de seca, o que comprova a sua importância para o equilíbrio climático. Além disso, também é responsável pela captação de carbono, durante o processo da fotossíntese.

No Brasil, assim como a flora, o solo também possui uma variedade de aspectos, porém os realmente ricos ocupam uma área pequena em relação à área total do território, em virtude do desmatamento que prejudicou o solo e o ciclo das águas e também os mecanismos de captação de carbono atmosférico, afetando a produção de oxigênio pelas plantas. Além disso, a prática da monocultura, em uma mesma área, acabou cooperando para o empobrecimento do solo.

Refletindo sobre esses dados, nota-se a importância da natureza na vida do ser humano. Sem ela, não haveria vida humana no planeta, já que não somos auto-sustentáveis, mas sim parte de um ecossistema, de cujo equilíbrio dependemos para sobreviver. A par disso, a preservação ambiental tornou-se algo indispensável.

SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A distribuição e concentração da população em áreas urbanas; os estilos de vida; o aproveitamento racional de recursos naturais; o controle do desperdício e deterioração destes; as mudanças culturais, de valores e comportamentos e a organização sócio-política no Brasil são fatores interligados e que merecem grande atenção.

As modificações em cada um desses setores podem ser demoradas, mas o quanto antes se começar a agir, melhores serão as condições futuras. Sempre se deve ter em mente que sociedade e meio ambiente estarão sempre ligados um ao outro, por isso, a melhoria de um pressupõe melhoria do outro.

A exploração desenfreada dos recursos naturais que ocorre atualmente beneficia financeiramente somente aos setores de renda média e alta, desfavorecendo os setores populares, que é a grande maioria em nosso país. E ambos setores têm preocupações diferentes. O primeiro está interessado em qualidade de vida, enquanto segundo, em uma maneira de sobreviver.

A melhoria das condições de vida da população somente será realidade quando os recursos naturais passarem a ser usados de maneira correta. Daí a importância da educação e conscientização em massa, que beneficiará tanto os setores de classe média e alta, quanto os populares.

Nesse aspecto, a relação empresa/ meio ambiente pode apresentar soluções que se encaixam exatamente na melhoria destes problemas sociais. Uma empresa pode, e muito, ajudar a melhorar as condições de vida de sua sociedade, do seu meio ambiente e beneficiar-se com isso também.

Chama-se a isso *Desenvolvimento Sustentável**, que mostra que o melhor caminho para a solução de problemas sociais e ecológicos é a sociedade aprender a administrar suas diferenças e recursos naturais. E para ser sustentável, a empresa deve buscar a ecoeficiência.

A educação ambiental vem sendo o grande foco trabalhado na sociedade, não somente por parte de grandes empresas, como também por instituições de ensino. Na sociedade moderna, a escola e os meios de comunicação são os principais responsáveis pela educação do indivíduo. Como os avanços tecnológicos, a população tende a se distanciar cada vez mais da relação natural com a terra, ocupando o seu tempo com outras

* “Desenvolvimento sustentável seria, assim, aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. *O Bom Negócio da Sustentabilidade*, Fernando Almeida (p. 56).

atividades mais “modernas”. A educação ambiental surgiu principalmente, para reeducar o homem no trato com a natureza e reintegrá-lo ao ambiente natural, trazendo à tona uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.

Devido à interferência acentuada e, ao mesmo tempo prejudicial, do homem na natureza, percebeu-se que este perdeu o sentido de limites, sendo necessário mudar o comportamento do homem em relação ao meio ambiente, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos aliados à qualidade de vida de todos.

O modelo de educação ambiental usado atualmente é subdividido em formal e informal:

- **Formal:** A educação fornecida através das instituições de ensino.
- **Informal:** A educação aplicada fora do ambiente escolar, com um público alvo muito variável, permitindo várias formas de aprendizado.

A educação ambiental tem por objetivo promover o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. O aprendizado mostra-se mais eficaz quando atividade está adaptada às situações da vida real da cidade. A educação ambiental busca manter o respeito pelos diferentes ecossistemas e culturas humanas da Terra.

O foco para o desenvolvimento de uma sociedade é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, e sim nas pessoas. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre, portanto, a educação ambiental deve ser parte integrante e fundamental de qualquer programa de desenvolvimento sustentável.

Os meios que devem ser usados para que a sociedade seja educada ambientalmente e com resultados eficazes, podem ser, dentre muitos:

- Através de programas ambientais, com a participação acentuada das comunidades, associando aspectos ambientais ao cotidiano das pessoas.
- O incentivo ao ecoturismo.
- Campanhas de conscientização ambiental.

A QUESTÃO AMBIENTAL NAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS

No âmbito do desenvolvimento sustentável e da globalização das questões ambientais, suas principais conseqüências foram as mudanças no campo econômico de diversos países do mundo inteiro, principalmente no Brasil.

Com o avanço tecnológico, observou-se que muitas empresas sumiram do mercado e outras surgiram. Hoje, para uma empresa manter-se no mercado é necessário investir na questão ambiental. Nos dias de hoje é considerado mais lucrativo para uma empresa um produto que seja “ecologicamente correto“, ou seja, que a utilização dos recursos naturais necessários à sua produção seja feita de forma adequada, já que é muito importante a manutenção dos ecossistemas, pois a economia global depende deles. A fabricação de um produto leva em conta suas propriedades mecânicas e físicas, fatores do meio ambiente, suprimento, custos, certificações, acabamento e reciclagem. Tudo isso envolve um capital muito grande, porém, como foi dito, o investimento tende a retornar de forma lucrativa. Como exemplo, pode-se considerar o comportamento do consumidor europeu, que se dispõe a pagar mais caro por mercadorias que tenham rótulo ambiental. Essa lucratividade em cima do alto investimento em produtos ecológicos chama-se *ecobusiness*.

Esse mercado tende a crescer a medida em que as pessoas vão se conscientizando mais a respeito da preservação do meio ambiente. E é um mercado que abrange uma série de produtos e serviços, gerando mais empregos tanto em grandes e médias, como em pequenas empresas. O consumidor de hoje não está somente interessado em qualidade e preço do produto, mas também em qualidade e preço ambiental. Por isso esse mercado torna-se tão promissor.

No Brasil, o *ecobusiness* poderia funcionar como uma fonte geradora de novos empregos juntamente com uma maior conscientização da população sobre o meio ambiente. Seria interessante, por exemplo, instalar esse mercado no Brasil através de empresas que se propusessem a oferecer cursos de baixo custo, para que o público geral (inclusive desempregados) pudesse se especializar na área, bem como treinamento para que se adquirisse experiência no ramo. Desta forma, lucraria a empresa, pois é um mercado crescente e promissor e lucraria a população, com uma nova oportunidade de emprego, além de claro, ser trabalhada a conscientização ambiental.

Muitas empresas hoje possuem o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que visa a criação de estratégias que possam reduzir os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente. É comum também a parceria entre empresas e ONG's, pelo mesmo motivo. Desta

forma, a empresa mostra aos seus empregados e consumidores o seu compromisso e responsabilidade para com as questões ambientais.

O investimento na preservação ambiental é uma realidade nos países desenvolvidos, onde se observa a crescente procura por inovações tecnológicas que reduzam os efeitos causados pelas empresas no meio ambiente. Mas, ainda assim, esses efeitos poluidores ainda são graves e a situação ambiental é crítica, o que comprova que o desenvolvimento nesta área de tecnologia limpa tende a crescer com o tempo.

No Brasil, este sistema de tecnologia limpa começou a ganhar força devido à pressão de ONG's e de instituições internacionais que exigiam produtos ecologicamente corretos de empresas comprometidas com a preservação do meio ambiente. Ainda assim, muitas empresas brasileiras ainda não se aprofundaram no tema e se restringem ao controle de poluição exigido pela lei. As maiores interessadas no assunto são empresas de nível internacional ou multinacionais, devido à pressão de investidores e consumidores de países desenvolvidos, onde a questão ambiental é primordial. Além disso, um desastre ambiental teria enorme repercussão na mídia e mancharia ainda mais a sua imagem institucional caso ela não fosse comprometida com as questões ambientais, pois a ampla divulgação de desastres ambientais coopera para a maior conscientização da sociedade.

As ONG's, por exemplo, tornaram-se entidades fundamentais para atuar em parceria com as empresas. Elas conquistaram uma autonomia não só técnica como política, atuando de diversas formas, seja na implantação de produtos ecológicos no mercado ou mesmo no estudo de impactos ambientais e tecnologias alternativas.

Mesmo assim, no Brasil, os métodos utilizados pelas empresas para a preservação do meio ambiente precisam ser aperfeiçoados. O caminho seria uma integração de tecnologias limpas, métodos preventivos e biotecnologia. As tecnologias limpas serviriam para reduzir os efeitos poluidores causados pelas empresas, os métodos preventivos funcionariam na empresa como bloqueadores de desastres ecológicos, preservando, assim, o meio ambiente; e a biotecnologia atuaria em conjunto na descoberta de novos materiais, no processo de reciclagem e na restauração do ambiente degradado.

A parceria de ONG's e empresas seguindo este esquema de proteção ambiental, além do que já é feito, produziria melhores efeitos na preservação ambiental.

Diante disso tudo se constata que uma empresa moderna, que pretende manter-se no mercado, deve ter por princípio básico a preocupação com o meio ambiente. Esta empresa deve estabelecer políticas e programas para atuar de forma ambientalmente correta. Além disso, deve investir no desenvolvimento de tecnologias limpas e estudos que possam prever,

evitar ou mesmo diminuir os impactos ambientais, educando e conscientizando seus funcionários para que sejam ambientalmente corretos dentro e fora da empresa.

Dentro desta política de manter sua boa imagem perante a sociedade, é interessante também para a empresa informar aos seus clientes, distribuidores e população sobre a maneira mais segura de manipular os seus produtos, caso estes sejam, de alguma maneira, perigosos para o meio ambiente. Outro ponto importante também para se preservar uma boa imagem seria a realização de palestras ou eventos que informassem sobre sua atuação na questão ambiental, ou abrisse, de alguma forma, um canal de diálogo com o público interessado.

Como se pôde observar, essas idéias podem parecer detalhes, mas acabam reforçando a marca e a qualidade da empresa. Daí também se reforça a importância da parceria com ONG's, que fariam um trabalho mais amplo, funcional e produtivo, tanto para empresa quanto para o meio ambiente.

Desta forma saem ganhando os dois lados: o meio ambiente, que será menos prejudicado e a empresa que se tornará diferenciada no mercado.

NORMAS AMBIENTAIS

As normas ambientais contribuem para a diminuição e controle da degradação ambiental e poluição provocadas por todo e qualquer processo produtivo gerado pela atividade humana.

Uma norma internacional surge como uma tentativa de padronizar conceitos, atividades e gerar procedimentos que sejam apoiados por indústrias e empresas que geram impactos ambientais em sua produção. Logo, se uma empresa implementa voluntariamente uma norma internacional, automaticamente, estará demonstrando seu interesse e preocupação com o meio ambiente.

O surgimento das normas ambientais foi importante no sentido de acompanhar continuamente o processo produtivo das empresas e seu impacto ambiental. Ou seja, essas normas fizeram com que as empresas tivessem que passar a se preocupar com o ambiente desde o planejamento de seu produto até sua exposição no mercado.

Desta maneira, as empresas que querem obter uma certificação e uma boa posição no mercado procuram atender a essas normas, assim como a legislação e os regulamentos que lhe sejam aplicados. Neste âmbito, entram as ONG's com o papel de pressionar as empresas para estarem sempre melhorando seu desempenho ambiental e cumprindo as leis ambientais.

A partir da criação dessas normas começaram a surgir o que se denomina selo verde, uma marca que informa ao consumidor se um determinado produto está em conformidade com o meio ambiente e, conseqüentemente, a empresa também. Estes selos podem aparecer na forma de símbolos ou declaração numa embalagem, boletins técnicos, através de publicidade, e várias outras formas. A principal função deles está em incentivar o consumo de produtos ambientalmente corretos, mas servem também como motivadores da proteção do meio ambiente.

Existem vários programas de rotulagem de produtos no mundo (selos verdes) e mais de vinte países já os possuem. O seu reconhecimento internacional, porém, requer esforços do governo e de seus organismos. Para isso existe uma série de procedimentos que visam harmonizar os vários programas de rotulagem ambiental.

Os itens considerados para a rotulagem são variados podendo, na maioria das vezes, ser classificados através de vários critérios. Ou seja, todo o ciclo de vida do produto é analisado, desde a extração da matéria-prima até sua deterioração no meio ambiente. Como exemplos de selos verdes, existem o Blau Agel, White Swan e o Ecologic Choice.

Dentre as entidades que criam normas ambientais, pode-se citar a ISO, uma das mais conhecidas. Ela é uma federação mundial, não-governamental, de organismos nacionais de normalização fundada em 1947. Composta por 91 países representa 95% da produção industrial do mundo. Sua sede localiza-se na Suíça, onde são discutidas e analisadas normas para uso em todos os domínios de atividades, exceto ao que se refere ao campo eletro eletrônico. Como a ISO é uma instituição normatizadora, sua função é elaborar e avaliar as normas discutidas através de vários comitês técnicos compostos por especialistas destes países. No campo ambiental, o comitê responsável foi designado pelo número 207 (TC-207), composto por 56 países. Deste comitê é que saem as normas de gestão ambiental, chamadas de série ISO 14000.

Geralmente, uma empresa para estar de acordo com as normas estabelecidas pela ISO, deve, entre outras coisas:

- Atender aos requisitos legais.
- Adotar procedimentos em ações ambientais.
- Criar programas de treinamento da mão-de-obra.
- Criar ações de controle corretivas e preventivas referentes à acidentes ambientais.
- Promover uma interação com programas de qualidade, saúde e segurança.
- Promover uma relação de comunicação com a população e outras partes interessadas.

A política ambiental de uma empresa deve estar comprometida com a melhoria contínua e com o atendimento aos requisitos legais e de mercado das normas da ISO. Esta política deve ser difundida não somente para o público interno da empresa como também para o externo, como por exemplo, consumidores e públicos de interesse. Isto pode ser feito, dentre outras maneiras, através de declarações onde a empresa expõe como pretende reduzir os efeitos ambientais de suas atividades.

Outra ação de extrema importância prevista nas normas ambientais e que deve fazer parte da política ambiental de uma empresa é a avaliação dos impactos ao meio ambiente causados por ela, no sentido de prever-se acidentes ecológicos e impactos ambientais irreversíveis ao planeta. Por isso é necessário que seja uma avaliação minuciosa e abrangente.

Segundo a obra *Gestão Ambiental-Planejamento, Avaliação, Implantação, Operação e Verificação** vale ressaltar que as empresas devem, em seu estudo, identificar não somente os efeitos ambientais diretos de sua produção, como também os indiretos, aqueles que surgem decorrentes da atividade fabril da empresa. Em seguida, selecioná-los, de maneira que possa

* Obra de Josimar Ribeiro de Almeida, Cláudia dos S. Mello e Yara Cavalcanti. Capítulo: *Avaliação dos Efeitos Ambientais*. Página 74.

eliminar primeiramente aqueles que julgue mais insignificante. Desta forma o trabalho de eliminação e controle dos efeitos ambientais torna-se mais produtivo.

Dentre os impactos ambientais diretos, destacam-se:

- Emissões gasosas para a atmosfera: Ocorrem durante a extração de matérias-primas e combustíveis e na sua utilização nos processos químicos. São lançados na atmosfera através das chaminés das fábricas.
- Descargas de efluentes nas águas: Os efluentes industriais, em sua maioria, são aquosos. São provenientes dos processos industriais que exigem água. São despejados no esgoto público através de autorização da companhia local responsável pelo tratamento de água e esgoto.
- Geração de resíduos sólidos ou contidos: Os resíduos industriais são diversos. São provenientes, por exemplo, de restos de matéria-prima, materiais de embalagem, solventes contaminados, óleos, etc.
- Consumo de energia: A produção e consumo de energia são responsáveis pelo maior impacto sobre o meio ambiente. A extração de petróleo, carvão e gás natural têm um impacto local muito grande e a combustão para produzir eletricidade é capaz de gerar implicações globais.
- Uso da água: Empresas que usam grandes volumes de água costumam obtê-la através da extração subterrânea ou de fontes superficiais. Constrói-se então represas, estações de recalque, e isso acaba por gerar um impacto no meio ambiente. Por exemplo, nos períodos de seca, a qualidade das águas fluviais pode ser deteriorada devido a essa demanda excessiva de água.
- Manuseio e armazenamento de materiais: Existem vários materiais que precisam de uma atenção especial quanto ao manuseio e armazenamento pois podem causar riscos ambientais. Cabe a empresa orientar os funcionários e o público consumidor quanto à maneira correta de manusear e armazenar determinados materiais.
- Disposição final de lixo de embalagens: Este é um dos problemas ambientais mais comuns. E é exatamente neste aspecto que observa-se a importância da reciclagem. Cada empresa deve trabalhar pensando no que fazer com o lixo de suas embalagens, se pode ser reciclado e a melhor maneira de se trabalhar em cima dessa questão.
- Transporte de materiais e pessoas: Ele é essencial para a segurança dos produtos e trabalhadores. Deve ser o mais eficiente possível. A empresa também deve estar atenta

quanto ao tipo de combustível utilizado em seus transportes. Hoje é comum encontrar no mercado, por exemplo, empilhadeiras movidas à eletricidade, óleo ou gasolina.

- Ruído, odores e impacto visual da instalação: Ruídos, odores, poeiras, fumaça e sujeira são problemas comuns nas indústrias. Requerem estudos minuciosos para se amenizar tais transtornos.
- Perturbação de habitat e ecossistemas: É fato de que todo processo industrial gera um efeito direto sobre o meio ambiente. A maneira correta de se amenizar tal problema está, como já foi explicado, em criar projetos sociais e ecológicos de participação e apoio da empresa, além de todo o cuidado para que esta proceda sempre de maneira ecologicamente correta.
- Contingência: O planejamento de contingência é feito com o objetivo de reduzir riscos de acidentes ambientais, incêndios e outros acidentes de emergência. São essenciais para assegurar a proteção de trabalhadores, população e meio ambiente.

Os efeitos indiretos são mais difíceis de se avaliar por estarem fora do controle das empresas. São efeitos decorrentes de atividades afastadas da empresa ou longe de suas imediações. Por exemplo, não há como saber se um produto será utilizado e armazenado pelo consumidor, conforme a empresa recomenda. Se isso não acontecer, um problema decorrente do mau uso do produto pode ser considerado como efeito indireto.

Mesmo assim, tais efeitos não fogem totalmente ao controle da empresa. Esta pode, de alguma forma evitar tais situações. Isto pode ser feito criando embalagens que possam ser recicladas ou fornecendo maiores informações sobre a procedência de seu produto.

Baseado ainda na obra citada, os efeitos indiretos que merecem maior destaque são:

- Efeitos de processos de fornecedores ou subcontratantes: É importante, para uma empresa, saber a procedência dos materiais usados, ou seja, saber se eles estão em conformidade com o meio ambiente, pois caso não, isso prejudicará a imagem da empresa. Também é importante que a empresa volte sua atenção aos prestadores de serviços que contratar. Esta atenção deve ser dada de maneira que os oriente a agir de maneira ecologicamente correta, ao lidarem com seus produtos.
- Efeitos da utilização e disposição dos produtos: Como foi dito anteriormente, fica difícil para uma empresa saber como será armazenado ou descartado o seu produto após o uso. As soluções mais indicadas para que se evite problemas posteriores é informar, na embalagem, maneiras de se armazenar e como se deve proceder para descartar o produto

após o uso. Também é interessante, para a empresa, sempre que puder, criar produtos/embalagens que possam ser reciclados.

- Efeitos de atividades e serviços: Além de fornecer dados sobre armazenamento e manuseio final de produtos, é importante também, que a empresa relate como deve ser usado seu produto. Assim, evita-se o uso incorreto e conseqüentemente, riscos tanto para o público consumidor quanto para o meio ambiente.

Essa avaliação de efeitos diretos e indiretos, bem como a implantação de programas e projetos para solucioná-los é muito importante para uma empresa. Para tal é necessário investir um capital significativo, pois tais procedimentos geram gastos. Porém, este capital investido tende a gerar lucros futuramente. A empresa que investe no setor ecológico tem, entre outras vantagens: menos gastos com desperdícios, menos riscos de acidentes (conseqüentemente, menos custos com ações emergenciais), melhoria de sua imagem e maior aceitação no mercado.

Como se pode ver, o retorno do capital investido torna-se muito mais compensatório. Para se saber os gastos que uma empresa terá para se tornar ecologicamente correta é necessário identificar e relacionar os efeitos que foram citados acima com os projetos ou planos a serem implantados para solucioná-los.

PROJETOS E PARCERIAS QUE ESTÃO DANDO CERTO

Como foi dito ao longo deste trabalho, algumas empresas já estabeleceram parcerias com ONG's para desenvolverem projetos, tanto de cunho social quanto ambiental. As organizações não-governamentais, por sua vez, também possuem uma série de projetos em andamento. Abaixo segue como exemplo, algumas parcerias que estão dando certo e alguns projetos interessantes que são desenvolvidos e mantidos por ONG's:

Projetos e parcerias:

- Empresa **O Boticário**: Possui a *Fundação O Boticário de Proteção à natureza*. Esta fundação foi criada em 1990 para preservar o patrimônio natural do Brasil e o equilíbrio do planeta. Em seu programa já foram criados mais de 220 projetos apoiados financeiramente. Em 1993, iniciou o *Programa de Áreas Naturais Protegidas*, cujo objetivo é atuar diretamente na criação e manutenção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. A primeira experiência, em parceria com a **The Nature Conservancy**, em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, numa área de 1716 hectares, protege uma parte da Floresta Atlântica e oferece oportunidades de pesquisa científica, educação ambiental e recreação ao ar livre. Este projeto também contou com a colaboração do **Unibanco Ecologia** que apoiou a implantação desta Reserva Natural com a aquisição de equipamentos. Além deste projeto, a empresa **O Boticário** também possui o *Projeto Fábrica de Talentos* que desenvolve funcionários da área industrial, em parceria com o **Senai**, e forma profissionais aptos a trabalhar em equipe, com conhecimentos técnicos e capazes de utilizar a tecnologia necessária.
- Empresa **General Motors**: Em 1994, assinou um acordo com a **The Nature Conservancy** visando participar da *Campanha de Conservação Brasil Verde*, que tem como foco a Mata Atlântica, o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia.
- Empresa **Nitroquímica**, do **Grupo Votorantim**: Criou um programa educacional com vídeos produzidos no G-TEC, para treinar os motoristas que transportam produtos químicos perigosos na prevenção de acidentes com as suas cargas.
- **Projeto Tamar**: Atua controlando e fiscalizando as áreas de desova de tartarugas marinhas com a ajuda e conscientização da população e dos pescadores locais de mais de 1000 km da costa brasileira. Com mais de 20 anos de existência, está conseguindo reverter

a ameaça de extinção das tartarugas e já salvou mais de 2 milhões delas. O Projeto foi criado pelo **IBAMA** em 1980.

- **Fundação Ondazul:** Promove campanhas educacionais com o objetivo de alertar as pessoas para a necessidade de preservação de praias, rios e lagoas. Foi criada em 1989 por Gilberto Gil, quando era vereador da Câmara Municipal de Salvador.
- **Centro Abrolhos:** Apóia as atividades de fiscalização e conservação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no litoral da Bahia. Foi criado em 1991, por técnicos que prestavam serviço ao Parque.
- **Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê):** Situa-se no Parque Estadual Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, São Paulo. Lá são realizados cursos de educação e capacitação ambiental para professores e estudantes da Rede Estadual de Ensino e funcionários do Parque. Além disso, promove atividades educativas, que estimulam a valorização e a proteção do ecossistema local. Também são realizadas palestras com projeção de slides, eventos educativos em datas comemorativas, plantio de árvores em áreas degradadas, exposições ecológicas, gincanas, teatro e concursos ecológicos. São produzidos ainda folders, livretos, apostilas e posters com a temática ambiental local.
- **ASA-Associação de Serviços Ambientais:** ONG criada em 1999 que tem por objetivo prestar serviços na área de Gestão Ambiental e Conservação e Uso dos Recursos Naturais, visando a conciliação do desenvolvimento econômico e social, com as questões ambientais.
- Empresa **Petrobrás:** Possui um *Programa de Gestão Ambiental* envolvido com política de saúde, meio ambiente e segurança industrial e um *Programa de Desenvolvimento Sustentável*. Também tem uma parceria com o *Projeto Tamar*, apoiando a Fundação, e uma série de convênios com universidades e centros de pesquisa de preservação do meio ambiente. Além de diversos outros projetos ligados à área ambiental e social.

APLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EMPRESA PETROQUÍMICA *PETROBRÁS* E NA EMPRESA DE COSMÉTICOS *O BOTICÁRIO* – PROJETOS, PESQUISAS, CAMPANHAS E APOIOS

Como hoje em dia a questão ecológica tornou-se de fundamental importância para a imagem das empresas, muitas delas já possuem projetos, tanto voltados para a área ambiental quanto para a área social, que dão certo. Alguns projetos famosos veiculados nos meios de comunicação de massa acabaram tornando as empresas responsáveis por eles, mais conceituadas no mercado, o que prova que uma imagem ecológica e socialmente correta pode trazer lucratividade tanto para a indústria quanto para a sociedade e o meio ambiente.

Neste capítulo serão analisados alguns projetos de duas grandes empresas no Brasil, a rede de cosméticos e perfumaria O Boticário e a Petrobrás, visando mostrar quais são os benefícios da empresa e do ambiente e sociedade; como são feitos esses projetos e que apoio eles recebem. Vale ressaltar que muitas empresas investem no meio ambiente apenas por pressão de órgãos ambientalistas ou somente com o objetivo da lucratividade, não havendo nenhum interesse na melhoria das condições ambientais e econômicas para a sociedade. Portanto, o objetivo deste levantamento é estritamente para amostragem da aplicação do desenvolvimento sustentável no Brasil e seus resultados. Não há aqui nenhuma intenção publicitária.

- EMPRESA PETROQUÍMICA PETROBRÁS

A Petrobrás é uma das maiores companhias brasileiras que possui uma extensa gama de projetos que visam a responsabilidade social. Possui um **Programa de Gestão Ambiental** envolvido com política de saúde, meio ambiente e segurança industrial e um **Programa de Desenvolvimento Sustentável**.

Já esteve envolvida em vários desastres ecológicos, como, por exemplo, grandes vazamentos de navios petroleiros que trouxeram graves prejuízos ao meio ambiente. Graças à sua política ambiental e social, a companhia não teve sua imagem marcada negativamente na sociedade.

A empresa também trabalha em parceria com ONG's, institutos de pesquisa e outros órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente e melhoria social. Foi uma das primeiras a investir na ecologia e em programas sociais, somando mais de 300 projetos

implantados em todo o território brasileiro. Tem por característica atuar junto às comunidades na preservação ambiental e ao mesmo tempo, contribuir na redução das desigualdades sociais.

O plano estratégico da empresa correspondente ao período de 2000-2010 visa: “consolidar a posição de liderança da empresa no Brasil, como uma companhia petrolífera integrada, assim como aumentar sua presença no mercado internacional, tornando-a uma importante companhia regional, com destacado desempenho na oferta global de energia para a América Latina.

Tendo como ênfase especial o meio ambiente, o **Plano Estratégico** estabelece metas para que sejam atingidos, em todos os segmentos da indústria do petróleo, os mesmos níveis de excelência já alcançados nas tecnologias de prospecção, exploração e produção de petróleo, especialmente em águas profundas”.*

Alguns de seus projetos são:

- **Parceria com o Projeto Tamar:** A Petrobrás é patrocinadora oficial do projeto a 23 anos, que foi criado pelo *Ibama* em 1980. O objetivo é a preservação das tartarugas marinhas ao longo da costa brasileira. Possui 21 estações de proteção em mais de 1000 km de praias. Protegeu e liberou ao mar mais de 4,5 milhões de filhotes. O projeto também desenvolve pesquisas e ações para evitar a extinção desses animais e é referência mundial na preservação de tartarugas marinhas. Aproximadamente 400 pessoas participam ativamente do projeto. Dentre este número estão pescadores e moradores das localidades que possuem estações do Projeto Tamar. Com isso foram gerados empregos e desenvolvidos programas de educação ambiental e ação social promovendo a melhoria da qualidade da população. Um exemplo claro disso foi a construção da **Creche Finn Larsen**, na Bahia, que beneficia 140 crianças com educação voltada para a conscientização ecológica.
- **Programa Petrobrás Fome Zero:** O principal objetivo do Programa é combater a exclusão social em todo o país. A estratégia é fortalecer as políticas públicas de combate à miséria. De acordo com informações no site da empresa, “Os projetos sociais pretendem vencer o desafio de transformar a realidade das comunidades mais pobres do país, permitindo que elas possam se inserir com dignidade na sociedade brasileira”.Esses projetos enfocam educação, geração de emprego e renda; englobando também a garantia de direito da criança e do adolescente, empreendimentos sociais e

* Esta informação, assim como os projetos da Petrobrás, podem ser encontrados no site da empresa: <http://www.petrobras.com.br>

voluntariado. O investimento previsto para o desenvolvimento desses projetos é de 330 milhões de reais até 2006, visando alcançar quatro milhões de pessoas. A estratégia do Programa Petrobrás Fome Zero foi desenvolvida pela Comunicação Institucional e aprovada pela Diretoria da empresa. O Comitê de Gestão do Programa Petrobrás Fome Zero é responsável pelo acompanhamento das ações. Várias parcerias foram firmadas com ministérios, autarquias, entidades sindicais e outros setores organizados da sociedade civil. Algumas parcerias são: *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)*, *Ministério do Esporte*, *COEP*, *Instituto Nacional da Tecnologia da Informação (ITI)*, *Banco do Nordeste*, *Ministério de Minas e Energia*, *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)*, *Instituto Paulo Freire*, *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)* e *Fundação Pró-Tamar*.

- **Projeto Manguezarte:** O projeto foi criado para atender a uma população de 6000 habitantes nas proximidades de um manguezal no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. De acordo com o resumo do projeto no site da empresa, “No local foi organizada uma cooperativa formada por artesãos do grupo Manguezarte. Ela é formada por ex-catadores de caranguejo, moradores da ilha de Itaóca, que já trabalhavam com material reciclado. Com a implantação do “**Projeto Arte na Praça**”, idealizado pela *ONG CIMA*, a comunidade passou a produzir o material reciclado por encomenda, utilizando equipamentos adequados para a confecção de dedoches (fantoques de dedo), feitos com papel-machê, papelão e retalhos de tecido.”
- **Projeto Baleia Jubarte:** Realizado no Arquipélago de abrolhos, litoral sul da Bahia, o Projeto Baleia Jubarte promove a conscientização da população da região e dos turistas quanto à importância da proteção das baleias, principalmente no período de reprodução que vai do mês de julho ao mês de novembro. Estudos de comportamento, genética, registro e resgate de encalhes são alguns dos trabalhos diários da equipe responsável pelo projeto. Segundo a empresa, “O projeto, patrocinado pela Petrobrás há 13 anos, é desenvolvido em parceria com o *Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental*, órgão responsável pela fiscalização e monitoramento da atividade turística durante o período de reprodução das baleias”.
- **Projeto Peixe-Boi:** Este projeto foi criado em 1990 em Barra de Mamanguape, na Paraíba, pois esta região é considerada a principal área de habitação dessa espécie no Nordeste. A sede nacional do projeto, hoje está situada na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, desenvolve estudos sobre biologia, comportamento, alimentação e

fisiologia do Peixe-Boi. Segundo estudiosos “a espécie tem aproximadamente 45 milhões de anos, mas atualmente existem somente cerca de 400 animais. A Petrobrás patrocina o projeto desde de 1997”.

- **Projeto Mata Atlântica:** A Petrobrás se conveniou ao *Instituto de Pesquisas Jardim Botânico* para executar um programa de estudo, conhecimento e restauração da Mata Atlântica. Segundo a Petrobrás, o programa **Remanescentes de Floresta Atlântica no Rio de Janeiro**, iniciado em 1989 já inventariou matas de encosta e sopé nas Serras do Mar e da Mantiqueira.

- REDE DE COSMÉTICOS E PERFUMARIA O BOTICÁRIO

Um dos motivos para a imagem desta empresa crescer no mercado foi o fato de patrocinar e desenvolver grandes programas nas áreas ambiental e social. Até mesmo a decoração das lojas é feita de modo a sugestionar os clientes sobre sua ligação com a natureza. Geralmente, as lojas são em tons azul e verde, cores intimamente ligadas à marca e à preservação ambiental. Outro ponto que vale ressaltar, no que diz respeito a reforçar a imagem ecologicamente correta da empresa, está na confecção das cestas de produtos que estão presentes nas lojas. Todas as cestas são feitas pela *Associação dos Artesãos do Salto Morato*, na cidade de Guaraqueçaba. Litoral norte do Paraná, onde a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza possui uma área de preservação ambiental. Para as famílias que participam do programa de artesanato, essa é uma opção às ações predatórias, como a extração ilegal do palmito na região.

Em questão de projetos, um de seus mais conhecidos é a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Esta fundação é uma entidade privada, sem fins lucrativos e foi criada em 25 de setembro de 1990 para preservar o patrimônio natural do Brasil e o equilíbrio do planeta com incentivos, financiamentos e ações de pesquisa e efetiva proteção à natureza.

De acordo com os dados fornecidos pela Fundação, seus objetivos principais são:

- Colaboração, por meios adequados, com a ecologia
- Conservação do meio ambiente e da natureza
- Recuperação de áreas degradadas
- Preservação de refúgios de vida silvestre, reservas biológicas, parques nacionais e outras unidades de conservação

- Estímulo e promoção de trabalhos e pesquisas sobre ecologia
- Promoção da arborização urbana
- Patrocínio e promoção de estudos de fauna e flora
- Patrocínio de campanhas de conscientização ou mobilização da sociedade para a preservação de sítios ecológicos
- Financiamento de publicações relacionadas à conservação da natureza
- Patrocínio de eventos relacionados à conservação da natureza

O **Programa de Incentivo à Conservação da Natureza** desenvolvido pela Fundação possui três linhas de atuação:*

1. Unidades de Conservação: Atua na manutenção de áreas de conservação. Os custos estão na preservação de infra-estrutura, programas de manejo (proteção, educação ambiental e pesquisa científica) e na divulgação de resultados.
2. Pesquisa e Proteção da Vida Silvestre: Elaboração de pesquisas de proteção de espécies importantes ou em risco de extinção e pesquisas em ecossistemas. Elaboram também programas locais ou regionais de educação ambiental, campanhas de conscientização e eventos como congressos e reuniões técnicas. Os custos são em equipamentos, materiais, pessoal, transporte, estadia e comunicação e na divulgação de resultados.
3. Áreas Verdes: Incentiva projetos e pesquisas de desenvolvimento, criação e manutenção de áreas verdes e arborização urbana. Atua também na recuperação de ecossistemas alterados ou degradados. Os custos são com equipamentos, implantação e manutenção de infra-estrutura, campanhas de conscientização e educação ambiental e na divulgação de resultados.

Os recursos destinados ao programa podem ser avaliados em US\$4,9 milhões e o número de projetos apoiados ultrapassa o número de 870 em todo o território brasileiro. Através dele, são financiados projetos de pesquisa e efetiva proteção da natureza, enquadrados nas áreas de Unidades de Conservação, Proteção da Vida Silvestre e Áreas verdes, já descritas acima. A Fundação também recebe projetos para avaliação dentro de um calendário pré-estabelecido, que prevê duas análises por ano. Qualquer pessoa ou instituição

* Este programa pode ser encontrado no site da Fundação: <http://www.fbpn.org.br>

que tenha um trabalho de conservação consistente e que venha a trazer resultados que gerem aplicações práticas podem se inscrever. Os projetos são divididos e encaminhados aos consultores especialistas de cada área. Eles analisam o projeto de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa da Fundação e elaboram um parecer sobre a viabilidade, coerência entre objetivos e atividades propostas e orçamento. Com base no parecer dos consultores e dos recursos disponíveis, o Conselho de Administração decide quais os projetos são prioritários e irão receber apoio. Sendo aprovados, são desenvolvidos por pesquisadores, universidades e outras instituições com atuação relacionada à questão ambiental.

Em 1992, a Fundação patrocinou a edição brasileira da **Estratégia Global da Biodiversidade**, um documento mundial que serviu de base para as discussões da **Rio 92** e para o **Tratado da Biodiversidade**, assinado pelos Estados Unidos.

Em 1993, iniciou o **Programa de Áreas Naturais Protegidas**, cujo objetivo é atuar diretamente na criação e manutenção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com base em legislação federal (decreto nº 98.914/90), que incentiva os proprietários privados a protegerem áreas com importantes ecossistemas naturais, complementando o Sistema Oficial de Unidades de Conservação do país. A primeira experiência teve parceria com a *The Nature Conservancy*, em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, numa área de 1716 hectares. É a Reserva Natural de Salto Morato que conta com o mais famoso ponto turístico da região, o Salto Morato, uma queda d'água com 130 metros de altura. O programa protege uma parte da Floresta Atlântica e oferece oportunidades de pesquisa científica, educação ambiental e recreação ao ar livre. Este projeto também contou com a colaboração do *Unibanco Ecologia* que apoiou a implantação desta Reserva Natural com a aquisição de equipamentos.

Em 1996, a Fundação ganhou o Prêmio Eco/96, concedido pela Câmara Americana do Comércio, na categoria Preservação Ambiental; o Prêmio Top de Ecologia/96, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVMB) e o II Prêmio Cidadania Mundial 1996, na categoria Institucional, por suas campanhas de proteção ao meio ambiente e pelos projetos de desenvolvimento social. Também neste ano, a empresa concluiu a ampliação da **Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)**, com um investimento de US\$ 1.000.000,00. A ETE tem desempenho e especificações técnicas projetadas, dimensionadas e adequadas às exigências do *Instituto Ambiental do Paraná (IAP)*, órgão responsável pela orientação e fiscalização do tratamento de efluentes industriais. A Estação tem capacidade para processar até 160m³ diários, possuindo controles automatizados. Com essas características, o tratamento é simultâneo, segundo procedimentos técnicos específicos tanto de dejetos biológicos, que têm origem sanitária; quanto químicos, provenientes das atividades

industriais de produção. Com medidas compactas e um sistema de tratamento bem desenvolvido (rígido controle do processo de tratamento, monitoramento através de análises laboratoriais), a estação consegue devolver à rede coletora de esgotos de São José dos Pinhais, uma água de qualidade que atende e supera as especificações determinadas pelas legislações federais e estaduais.

Em 1997, a Fundação recebeu o Prêmio Paraná Ambiental, concedido pelo Governo do estado do Paraná, na categoria biodiversidade, pelo trabalho desenvolvido na Reserva Salto Morato.

O Ministério do Meio Ambiente publicou em 1998 o Relatório Nacional para a conservação sobre a Diversidade Biológica. Nele, a Fundação O Boticário foi apontada como a 2ª Instituição com o maior número de projetos de biodiversidade no período entre 85 e 95. Também neste mesmo ano, a Fundação ganhou o Prêmio Super Top de Ecologia 98, concedido pela ADVB e foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Federal pelo Presidente da República (Lei 91 de 28/08/35 e Decreto 50.517 de 02/05/61).

Em 1999, com o programa de reciclagem **Reduzir, Reciclar e Reutilizar** conquistou o Prêmio Top Social, concedido pela ADVB e a Reserva Natural de Salto Morato foi considerada Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Também em 99, foi criado mais um programa, o **Programa de Educação e Mobilização**. O seu objetivo é expandir conhecimentos, valores e atitudes, mobilizando o maior número possível de pessoas para a conservação da natureza. Para isso, a Fundação realizou diversos eventos. Veja*:

- Organização e produção de exposições fotográficas sobre os diversos biomas brasileiros. Essas exposições acontecem em todo o país.
- Edição de publicações sobre temas ecológicos.
- Cursos de conservação da natureza, ministrados na Reserva Natural de Salto Morato, que conta com a participação de técnicos de todo o país.
- Programa de Reciclagem. Este programa funciona na fábrica da empresa, que separa os materiais reutilizáveis. Com o reaproveitamento desses materiais, além de poupar recursos naturais, a Fundação produz kits de cadernos reciclados que são distribuídos a escolas públicas.
- Organização e participação de eventos técnico-científicos relacionados com os propósitos da Fundação.

* Informação cedida pela Fundação O Boticário, através de uma apostila elaborada pelo órgão.

Em 2000 a Fundação recebeu o VIII Prêmio Expressão Ecologia, com as ações do **Programa de Educação e Mobilização** e também ganhou o Prêmio Paraná Ambiental, na categoria Mérito Ambiental, pela continuidade de suas ações. Em 2001, ganhou a medalha Tiradentes, pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A Fundação também faz parte da *União Mundial para a Natureza*, um órgão internacional que conta com 15 membros no Brasil e que traça as diretrizes de trabalho para organizações de trabalho não-governamental em todo o mundo.

A lista abaixo cita alguns projetos da Fundação que são realizados em parceria em vários Estados brasileiros* :

- Aplicação de estudos genéticos para o uso e conservação de uma espécie tropical em risco de extinção: o pau-rosa. (*Fundação Djalma Batista*) – Amazonas.
- Distribuição, estrutura de população e abundância de Quelônios do Parque Nacional do Jaú. (*Fundação Vitória Amazônica*) – Amazonas
- Educação ambiental e apoio à pesquisa científica na Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Teimoso. (*Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia*) – Bahia
- Pesquisa e educação ambiental para a conservação do Peixe-boi Marinho no litoral leste do Ceará. (*Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos*) – Ceará
- Curso de formação em Direito Ambiental para Magistrados Brasileiros. (*Associação dos Magistrados Brasileiros*) – Distrito Federal
- Estrutura da comunidade de peixes em três recifes costeiros do Estado do Espírito Santo. (*Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental*) – Espírito Santo
- Impacto da predação de grandes felinos sobre o gado doméstico no Pantanal do Mato Grosso. (*Associação para a Conservação dos Carnívoros Neotropicais*) – Mato Grosso
- Caça Proibida: Sangue nas Rodovias. (*Cia Independente da Polícia Florestal*) – Mato Grosso do Sul
- Dispersão, área de vida e comportamento do Jacaré do Pantanal. (*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*) – Mato Grosso do Sul

* Estes e outros projetos podem ser encontrados no site da Fundação.

- Curso de Estratégias de Conservação. (*Cia Independente de Polícia Florestal*) – Mato Grosso do Sul
- Aquisição de veículos para o atendimento aos projetos. (*SODEPAN*) – Mato Grosso do Sul
- Genética ecológica de morcegos fitófagos brasileiros. (*Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa*) – Minas Gerais
- Estradas no Parque: Um estudo sobre a fragmentação interna em um ecossistemas de Mata Atlântica. (*Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica*) – Minas Gerais
- Espécies medicinais de Mata Atlântica: aspectos botânicos, educacionais e conservacionistas. (*Fundação Biodiversitas*) – Minas Gerais
- Herpetofauna das Savanas Amazônicas: subsídios para a sua preservação. (*Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos*) – Pará
- Fortalecimento da Imagem Pública de Conservação. (*Rede Pró Unidades de Conservação*) – Paraná
- Dinâmica da predação de carnívoros silvestres do Parque Nacional do Iguaçu sobre propriedades vizinhas ao Parque: avaliação, impacto e implementação de medidas preventivas. (*Associação para Conservação dos Carnívoros neotropicais*) – Paraná
- Projeto Ivatuba. (*Associação Brasileira de Defesa Ambiental*) – Paraná
- Interpretação ambiental no Parque Municipal das Araucárias. (*Prefeitura Municipal de Guarapuava*) – Paraná
- Programa de educação conservacionista para o Bosque Municipal Manoel Júlio de Almeida. (*Grupo Ecológico Vida Verde de Cornélio Procópio*) – Paraná
- Aves Marinhas do Paraná. (*Centro de Estudos do Mar*) – Paraná
- Levantamento fitossociológico e elaboração de plano de manejo do Bosque Municipal Manoel Júlio de Almeida. (*Grupo Ecológico Vida Verde de Cornélio Procópio*) – Paraná
- Centro de Ciências de Piraquara. (*Prefeitura Municipal de Piraquara*) – Paraná
- Recuperação e aproveitamento ambiental do Parque Municipal das Palmáceas. (*Prefeitura Municipal de Antonina*) – Paraná
- Florística e fitossociologia de um remanescente de floresta serrana no Município do Brejo da Madre de Deus. (*Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE*) – Pernambuco

- Conscientizar Para Bem Julgar. (*Associação dos Juizes Federais do Brasil*) – Rio Grande do Sul
- Preparando a APA do banhado grande do Rio Gravataí. (*Associação de Preservação da Natureza – Vale do Gravataí*) – Rio Grande do Sul
- Áreas de interesse ambiental do Rio Grande: diagnose, criação e implantação. (*NEMA*) – Rio Grande do Sul
- Inventário das trepadeiras nativas da restinga do Estado do Rio de Janeiro com potencial paisagístico. (*Museu Nacional do Rio de Janeiro*) – Rio de Janeiro
- Coberturas vegetais: Propostas para um bom desempenho térmico das habitações no Brasil. (*Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ*) – Rio de Janeiro
- Trilha da Vida: Redescobrimo a Natureza com os Sentidos. (*Movimento Verde Mar Vida*) – Santa Catarina
- Manutenção do acervo científico do Herbário Barbosa Rodrigues. (*Herbário Barbosa Rodrigues*) – Santa Catarina
- Divulgação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. (*IBAMA*) – Santa Catarina
- Educação e Arte Para a Conservação do Meio Ambiente. (*Associação Amigos do Parque da Biquinha*) – São Paulo

Além deste projeto, a empresa também possui o **Projeto Fábrica de Talentos** que treina funcionários da área industrial, em parceria com o *Senai*, e forma profissionais aptos a trabalhar em equipe, com conhecimentos técnicos e capazes de utilizar a tecnologia necessária.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA À SERVIÇO DA QUESTÃO ECOLÓGICA NAS EMPRESAS

Todo o cuidado com a divulgação da imagem, propagandas e campanhas de uma empresa fica sob a responsabilidade da parte de comunicação desta. São profissionais da área de Comunicação Social como, assessoristas, publicitários e jornalistas voltados para o jornalismo empresarial, que trabalham para que a empresa tenha um bom nome no mercado.

O jornalismo empresarial destina-se basicamente a dois tipos de público: o interno e o externo. Dentro das empresas a comunicação é feita através de boletins, jornais ou revistas destinados aos trabalhadores com conteúdo informativo sobre questões pertinentes a estes, além de oferecer também entretenimento. A comunicação externa é feita através de relatórios, manuais, folhetos promocionais e propagandas veiculados nos meios de comunicação de massa.

As publicações empresariais hoje são de extrema importância para uma boa imagem da empresa. Muitos empresários já perceberam que trabalhadores bem informados em todos os aspectos acabam sendo grandes aliados na construção de uma boa estrutura empresarial no mercado. “As empresas parecem estar convencidas de que um dos modos de se projetarem externamente é o comportamento externo de seu pessoal interno”.¹

No que se refere à questão ecológica, evidentemente, os meios de comunicação de massa são os mais indicados para a divulgação das empresas. Apesar de limitarem-se a noticiar em seus programas jornalísticos apenas desastres ecológicos ou notícias inovadoras no campo da ecologia, muitos oferecem em suas programações outras maneiras de falar sobre o assunto. A conscientização ecológica, educação ambiental e outros temas são tratados de maneira específica como, por exemplo, em alguns jornais que dedicam cadernos especiais sobre meio ambiente e algumas emissoras de TV que exibem programas sobre o assunto, como o Globo Ecologia, das Organizações Globo. Porém, a inclusão do tema “meio ambiente” na mídia ainda é um fenômeno recente e considerado por muitos apenas como um “modismo”. Só se torna destaque nos meios de comunicação assuntos com repercussão nacional ou internacional, que interfiram em setores econômicos. No meio da comunicação, a questão ambiental ainda está bastante ligada à outros assuntos, de interesses econômicos.

Alguns casos de desastres ecológicos veiculados nos meios de comunicação geraram grandes prejuízos às indústrias responsáveis, mas não foram tão devastadores graças à uma

¹ *Jornalismo Empresarial – Teoria e Prática*, Francisco Gaudêncio e Torquato do Rego. Página 48.

boa política ecológica destas. Como exemplo, em 1984, em Cubatão – SP, um duto da Petrobrás deixou vaziar gasolina, provocando um incêndio que culminou em 93 mortes e destruiu uma favela. Se não fosse sua política ambiental bem estruturada, a Petrobrás teria sido defasada de alguma forma no mercado e hoje poderia não ter um nome tão prestigiado na sociedade, até porque este não foi o único acidente ecológico envolvendo o nome da empresa.

De acordo com Paulo Nassar e Rubens Figueiredo no livro *O Que É Comunicação Empresarial*, “na mídia, as empresas estão sendo analisadas e cobradas por todos os lados”.E ainda, “a sociedade quer saber cada vez mais, por exemplo, de que modo a empresa trata o meio ambiente e de onde retira as matérias-primas necessárias à sua produção.”

Seguindo por este caminho, muitas indústrias procuram os meios de comunicação, através de propagandas bem elaboradas, educativas e criativas, para construir uma imagem de empresa séria e preocupada com o meio ambiente, conquistando assim o público e ganhando novos consumidores, já que a questão ecológica vem sendo cada vez mais valorizada pela sociedade. Por outro lado, como se tratam de propagandas, os meios de comunicação costumam receber muito bem essas iniciativas empresariais, pois o retorno lucrativo para a mídia é instantâneo.

AGENDA 21 – UM PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 21 é uma série de recomendações às nações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o desenvolvimento caminhe em direção a modelos sustentáveis. Esse plano foi elaborado de modo que seja adotado global, nacional ou localmente, pelo sistema das Nações Unidas, governos e até mesmo pela sociedade civil, em todo lugar que a ação do homem interfira no meio ambiente.

A Agenda 21 Global é constituída de 40 capítulos elaborados durante dois anos com a contribuição de governos e instituições de 179 países. Seu conteúdo foi pré-determinado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, um evento que ficou conhecido como Rio 92. Já neste evento foram estabelecidos deveres e direitos a serem cumpridos em dez anos. Posteriormente, em 2002, o programa proposto para a Agenda 21 foi discutido e reafirmado na Cúpula de Joanesburgo ou Rio +10, na África do Sul, que reuniu desta vez 189 países.

Para a socióloga Aspácia Camargo, da equipe de articulação da Agenda 21 do Brasil, o principal fruto da Rio-92 foi o aumento da consciência coletiva sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

Outro tema importante discutido na Cúpula foi a questão do consumo de água doce. Desde a Rio-92 este consumo subiu de 3,5 mil quilômetros cúbicos para 4,1 ao ano. A água é um recurso que tende a ficar tão precioso quanto o petróleo é atualmente. Isso quer dizer, segundo a discussão, que em 2025 metade da população mundial poderá estar brigando por um “balde d’água”. Chegou-se a esta conclusão porque apenas 2,5% das águas do planeta são potáveis e destes, 71% está congelada nos arcos polares. Os outros 29% estão em aquíferos que, por enquanto, são inacessíveis ou antieconômicos, ou estão a céu aberto, poluídos. A contaminação química é outro fator que ameaça o abastecimento de água doce, já que no futuro, pode atingir os lençóis freáticos, por isso também mereceu grande atenção da Cúpula.

Durante a semana da Rio +10, o desempenho do Brasil não foi tão bem como esperavam seus representantes, já que, junto com a União Européia foram derrotados na votação do Plano de Implementação da Agenda 21. A tese de introduzir no plano de metas quantitativas o uso de fontes renováveis de energia foi rejeitada pelos EUA e outros países. O Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, declarou sobre o fato: “Não é crível falar em desenvolvimento sustentável, convocar uma cúpula para isso e não adotar medidas concretas na área de energia”.

Durante a Cúpula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu o equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente. Disse ele: “Há dez anos, no Rio de Janeiro, iniciamos uma ambiciosa jornada (Rio-92). Esse empreendimento visionário consagrou a necessidade de incorporar considerações ambientais aos projetos de desenvolvimento”. “É imprescindível encontrar o equilíbrio entre prosperidade econômica, proteção ao meio ambiente e justiça social”.

O presidente também falou sobre a criação do Fundo para a Diversidade Biológica que estará aberto a contribuições de outros países, organizações e empresas, e propôs a criação de um fundo internacional para a erradicação da pobreza.

A Conferência Rio +10 terminou em 4 de setembro de 2002 e, após longas discussões sobre diversos temas para se melhorar o mundo, ficaram decididas as seguintes questões*:

- **ÁGUA:** Acordo para reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a saneamento básico.
- **ENERGIA:** Acordo para ampliar o uso de energia renovável, mas não foram estabelecidos metas ou prazos.
- **PESCA:** Acordo para recuperar áreas de pesca comercial até 2015.
- **PRODUTOS QUÍMICOS:** Até 2020, os produtos químicos deverão ser feitos de forma a minimizar o impacto causado ao homem e ao meio ambiente, mas não foram estabelecidas metas de redução do uso dos produtos.
- **SAÚDE:** Acordo sobre patentes no âmbito da Organização mundial do Comércio, estabelecendo que os países pobres não podem ter impedido o acesso a medicamentos.
- **AJUDA AOS PAÍSES POBRES:** Um acordo reconhece a necessidade de se ampliar a ajuda aos países pobres e aconselha as nações ricas a cumprirem a meta previamente estabelecida de destinar 0,7% de seu PIB à assistência mas apenas 5 países cumprem a meta. Também foi criado um fundo de combate à pobreza.
- **DIVERSIDADE BIOLÓGICA:** Ficou acertada a redução significativa das taxas de extinção de animais e plantas raras até 2010, mas nenhuma meta foi fixada.

Pode-se concluir, que apesar de o Brasil não ter se saído bem, toda discussão gera algum fruto. Novas idéias podem surgir a partir daí, mas vai caber a cada país fazer a sua parte, inclusive o Brasil.

* Fonte: Jornal do Brasil de 3 de setembro de 2002. 1º caderno, (p. A13).

Esses pontos principais que constituem a Agenda 21 Global fazem parte de uma série de documentos gerados durante esses encontros, principalmente a Declaração do Rio (1992) e a recente Declaração de Joanesburgo; e devem ser cumpridos por todos os países de acordo com as particularidades de cada um, tais como política e meio ambiente. A agenda 21 Brasileira entrou em vigor no ano de 2003, observando todos os critérios elaborados na Agenda 21 Global.

Como a implementação da Agenda 21 coincidiu com a posse do novo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, este criou o Programa Agenda 21. Atualmente, existem mais de 544 processos de Agenda 21 Locais em andamento no país e o Programa visa* :

- Implementar a Agenda 21 Brasileira regionalmente, de modo eficaz e com resultados rápidos.
- Orientar para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais. A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desempenho.
- Implementar a formação continuada em Agenda 21. Promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, workshops e de material didático. Esta ação é fundamental para que os processos de Agendas 21 Locais ganhem um salto de qualidade, através da formulação de bases técnicas e políticas para a sua formação; trabalho conjunto com interlocutores locais; identificação das atividades, necessidades, custos, estratégias de implementação; aplicação de metodologias apropriadas, respeitando o estágio em que a Agenda 21 Local em questão está.

* O conteúdo é baseado no texto exposto no site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>

A meta estabelecida pelo Governo brasileiro para que os quesitos básicos das Agendas 21 Locais sejam cumpridos é até o ano de 2007. Uma vez que a Agenda 21 Local é definida baseada na Agenda 21 Global, a expectativa é que se possa alcançar o melhor resultado em desenvolvimento sustentável, levando-se em conta o fato de que o país está encaixado no grupo dos países em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

O objetivo primordial deste trabalho, como se pode ver, foi o de mostrar a ligação existente entre meio ambiente e sociedade e como as grandes empresas e indústrias podem atuar sem prejudicá-los e sem se prejudicar através do desenvolvimento sustentável.

Dentro das idéias apresentadas aqui podem surgir outras, ou elas mesmas podem ser melhoradas para que se encaixem no perfil e recursos disponíveis da empresa. É importante lembrar sempre que a questão ecológica exerce influência fundamental na estrutura de uma sociedade. Dentro deste contexto, uma empresa pode apresentar soluções que dariam às populações ótimas oportunidades e novas idéias criativas. O benefício seria de ambos, já que uma empresa integrada às questões ambientais é sempre bem vista e aceita no mercado.

É necessário que se conheça o meio ambiente, que se estude maneiras de preservá-lo, que se compense o que foi degradado. Isto pode ser feito com o apoio dos empregados, das ONG's e da população. No que se refere à população, esta seria altamente privilegiada com novas oportunidades, educação e melhoria de qualidade de vida. Isto porque o meio ambiente sempre estará ligado às práticas sociais e produtivas do homem. E, desta forma, pode-se notar que a cultura e as atividades de cada indivíduo influem diretamente no seu meio. Como foi dito, projetos empresariais que se destinam à melhoria do meio ambiente, também podem ser de cunho social. Também são importantes as avaliações de impactos ambientais que possam contribuir para uma maior conscientização dos problemas de uso dos recursos naturais e qualidade do meio ambiente.

Os resultados podem ser vantajosos se tudo for levado a sério. Não se pode dizer que algo não dará certo se houver força de vontade para se tentar. Pode ser que os problemas não sejam sanados, já que são muito complexos, mas com certeza podem ser atenuados. Para o Brasil dar certo, falta tentar esses novos caminhos. A ação é fundamental. As propostas de cunho sócio-ambiental são essenciais para se prevenir e evitar problemas futuros. O princípio está na educação ambiental para, depois, se partir para a recuperação e preservação.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; MELLO, Claudia dos S. e CAVALCANTI, Yara. *Gestão Ambiental – planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.

ALVES, Marcio Moreira. *Sábados azuis – 75 histórias de um Brasil que dá certo*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2000.

ASA. On-line: disponível na Internet via <http://www.asaambiental.org.br>. 2 setembro 2005.

GAUDÊNCIO, Francisco e REGO, Torquato do. *Jornalismo Empresarial*. São Paulo: Summus, 1987.

IBGE. On-line: disponível na Internet via <http://www.ibge.gov.br>. 2 setembro 2005.

KOENIG, Samuel. *Elementos de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MENDONÇA, Sávio José Barros de. “Educação Ambiental”. *FAEG – Caderno especial*. Goiás: FAEG, março 2001, p. 18 a 20.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. On-line: disponível na Internet via <http://www.mma.gov.br>. 3 outubro 2005.

NASSAR, Paulo e FIGUEIREDO, Rubens. *Comunicação empresarial*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

O BOTICÁRIO. On-line: disponível na Internet via <http://www.fbpn.org.br>. 3 outubro 2005.

PETROBRÁS. On-line: disponível na Internet via <http://www.petrobras.com.br>. 2 setembro 2005.

SANT’ANNA, Lourival. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 3 setembro 2002, p. A10 e A11.

SILVA, Hélder Lúcio Rodrigues. “Biodiversidade e uso do solo”. *FAEG – Caderno especial*. Goiás: FAEG, março 2001, p. 9 a 11.

TAUTZ, Carlos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 setembro 2002, p. A13.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO*

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo se reunido no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e buscando avançar a partir dela, com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar, proclama que:

Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 2

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Princípio 3

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

* Texto na íntegra, retirado do site do Ministério do Meio Ambiente : <http://www.mma.gov.br>

Princípio 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

Princípio 5

Para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Princípio 6

Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países.

Princípio 7

Os Estados irão cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam.

Princípio 8

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.

Princípio 9

Os Estados devem cooperar no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, mediante o aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, e mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação, da difusão e da transferência de tecnologias, incluindo as tecnologias novas e inovadoras.

Princípio 10

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

Princípio 11

Os Estados adotarão legislação ambiental eficaz. As normas ambientais, e os objetivos e as prioridades de gerenciamento deverão refletir o contexto ambiental e de meio ambiente a que se aplicam. As normas aplicadas por alguns países poderão ser inadequadas para outros, em particular para os países em desenvolvimento, acarretando custos econômicos e sociais injustificados.

Princípio 12

Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deve, na medida do possível, basear-se no consenso internacional.

Princípio 13

Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

Princípio 14

Os Estados devem cooperar de forma efetiva para desestimular ou prevenir a realocação e transferência, para outros Estados, de atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.

Princípio 15

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Princípio 16

As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

Princípio 17

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, será efetuada para as atividades planejadas que possam vir a ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente e estejam sujeitas à decisão de uma autoridade nacional competente.

Princípio 18

Os Estados notificarão imediatamente outros Estados acerca de desastres naturais ou outras situações de emergência que possam vir a provocar súbitos efeitos prejudiciais sobre o meio ambiente destes últimos. Todos os esforços serão envidados pela comunidade internacional para ajudar os Estados afetados.

Princípio 19

Os Estados fornecerão, oportunamente, aos Estados potencialmente afetados, notificação prévia e informações relevantes acerca de atividades que possam vir a ter considerável impacto transfronteiriço negativo sobre o meio ambiente, e se consultarão com estes tão logo seja possível e de boa fé.

Princípio 20

As mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Princípio 21

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Princípio 22

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável.

Princípio 23

O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos a opressão, dominação e ocupação serão protegidos.

Princípio 24

A guerra é, por definição, prejudicial ao desenvolvimento sustentável. Os Estados irão, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflitos armados e irão cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.

Princípio 25

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.

Princípio 26

Os Estados solucionarão todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica, utilizando-se dos meios apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Princípio 27

Os Estados e os povos irão cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*

Das origens ao futuro

1. Nós, representantes dos povos do mundo, reunidos durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul, entre 2 e 4 de setembro de 2002, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.
2. Assumimos o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, eqüitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos.
3. No início desta Cúpula, crianças do mundo nos disseram, numa voz simples, porém clara, que o futuro pertence a elas e, em conseqüência, conclamaram todos nós a assegurar que, através de nossas ações, elas herdarão um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis.
4. Como parte de nossa resposta a essas crianças, que representam nosso futuro coletivo, todos nós, vindos de todos os cantos do mundo, formados por diferentes experiências de vida, estamos unidos e animados por um sentimento profundo de que necessitamos criar, com urgência, um novo e mais iluminado mundo de esperança.
5. Por conseguinte, assumimos a responsabilidade coletiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global.
6. Neste Continente, Berço da Humanidade, declaramos, por meio do Plano de Implementação e desta Declaração, sermos responsáveis uns pelos outros, pela ampla comunidade da vida e por nossas crianças.

* Texto na íntegra, retirado do site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>

7. Reconhecendo que a humanidade se encontra numa encruzilhada, estamos unidos numa determinação comum, a fim de realizar um esforço determinado para responder afirmativamente à necessidade de apresentar um plano prático e visível, que leve à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento humano.

De Estocolmo ao Rio de Janeiro a Joanesburgo

8. Trinta anos atrás, em Estocolmo, concordamos na necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental. Dez anos atrás, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, concordamos em que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social e econômico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos Princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adotamos o programa global Agenda 21 e a Declaração do Rio, aos quais reafirmamos nosso compromisso. A Cúpula do Rio foi um marco significativo, que estabeleceu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável.

9. Entre o Rio e Joanesburgo as nações do mundo se reuniram em diversas conferências de larga escala sob a coordenação das Nações Unidas, incluindo a Conferência de Monterrey sobre Financiamento ao Desenvolvimento, bem como a Conferência Ministerial de Doha. Essas conferências definiram para o mundo uma visão abrangente para o futuro da humanidade.

10. Na Cúpula de Joanesburgo muito se alcançou na convergência de um rico tecido de povos e pontos de vista, numa busca construtiva por um caminho comum rumo a um mundo que respeite e implemente a visão do desenvolvimento sustentável. Joanesburgo também confirmou haver sido feito progresso significativo rumo à consolidação de um consenso global e de uma parceria entre todos os povos de nosso planeta.

Os Desafios que Enfrentamos

11. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são objetivos fundamentais e requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável.

12. O profundo abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, junto à crescente distância entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, representam uma ameaça importante à prosperidade, à segurança e à estabilidade globais.

13. O meio ambiente global continua sofrendo. A perda de biodiversidade prossegue, estoques pesqueiros continuam a ser exauridos, a desertificação toma mais e mais terras férteis, os efeitos adversos da mudança do clima já são evidentes e desastres naturais são mais freqüentes e mais devastadores; países em desenvolvimento são mais vulneráveis e a poluição do ar, da água e do mar segue privando milhões de pessoas de uma vida digna.

14. A globalização adicionou uma nova dimensão a esses desafios. A rápida integração de mercados, a mobilidade do capital e os significativos aumentos nos fluxos de investimento mundo afora trouxeram novos desafios e oportunidades para a busca do desenvolvimento sustentável. Mas os benefícios e custos da globalização são distribuídos desigualmente, e os países em desenvolvimento enfrentam especiais dificuldades para encarar esse desafio.

15. Corremos o risco de perpetuação dessas disparidades globais e, a menos que ajamos de modo a modificar fundamentalmente suas vidas, os pobres do mundo podem perder a confiança em seus representantes e nos sistemas democráticos com os quais permanecemos comprometidos, enxergando em seus representantes nada além de imagens pomposas e sons retumbantes.

Nosso Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

16. Estamos determinados a assegurar que nossa rica diversidade, que é nossa força coletiva, será usada numa parceria construtiva para a mudança e para alcançar o objetivo comum do desenvolvimento sustentável.

17. Reconhecendo a importância de ampliar a solidariedade humana, instamos a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos e civilizações do mundo, a despeito de raça, deficiências, religião, idioma, cultura e tradição.

18. Aplaudimos o foco da Cúpula de Joanesburgo na indivisibilidade da dignidade humana e estamos resolvidos, através de decisões sobre metas, prazos e parcerias, a rapidamente ampliar o acesso a requisitos básicos tais como água potável, saneamento, habitação adequada, energia, assistência médica, segurança alimentar e proteção da biodiversidade. Ao mesmo tempo, trabalharemos juntos para nos ajudar mutuamente a ter acesso a recursos financeiros e aos benefícios da abertura de mercados, assegurar o acesso à capacitação e ao uso de tecnologia moderna que resulte em desenvolvimento, e nos assegurar de que haja transferência de tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, educação e treinamento para banir para sempre o subdesenvolvimento.

19. Reafirmamos nossa promessa de aplicar foco especial e dar atenção prioritária à luta contra as condições mundiais que apresentam severas ameaças ao desenvolvimento sustentável de nosso povo. Entre essas condições estão: subalimentação crônica; desnutrição; ocupações estrangeiras; conflitos armados; problemas com drogas ilícitas; crime organizado; corrupção; desastres naturais; tráfico ilegal de armamentos; tráfico humano; terrorismo; intolerância e incitamento ao ódio racial, étnico e religioso, entre outros; xenofobia; e doenças endêmicas, transmissíveis e crônicas, em particular HIV/AIDS, malária e tuberculose.

20. Estamos comprometidos a assegurar que a valorização e emancipação da mulher e a igualdade de gênero estejam integradas em todas as atividades abrangidas pela Agenda 21, as Metas de Desenvolvimento do Milênio e o Plano de Implementação de Joanesburgo.

21. Reconhecemos o fato de que a sociedade global possui os meios e está dotada de recursos para encarar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável que confrontam toda a humanidade. Juntos tomaremos medidas adicionais para assegurar que os recursos disponíveis sejam usados em benefício da humanidade.

22. A esse respeito, visando contribuir para o alcance de nossos objetivos e metas de desenvolvimento, instamos os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a realizar esforços concretos para atingir os níveis internacionalmente acordados de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

23. Aplaudimos e apoiamos o surgimento de grupos e alianças regionais mais robustos, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), para a promoção da

cooperação regional, do aperfeiçoamento da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável.

24. Continuaremos a dedicar especial atenção às necessidades de desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e dos Países Menos Desenvolvidos.

25. Reafirmamos o papel vital dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.

26. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis. Na condição de parceiros sociais, continuaremos a trabalhar por parcerias estáveis com todos os grupos principais, respeitando os papéis independentes e relevantes de cada um deles.

27. Concordamos que, na busca de suas atividades legítimas, o setor privado, tanto grandes quanto pequenas empresas, tem o dever de contribuir para a evolução de comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis.

28. Concordamos também em prover assistência para ampliar oportunidades de emprego geradoras de renda, levando em consideração a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Mundial do Trabalho (OMT).

29. Concordamos em que existe a necessidade de que as corporações do setor privado implementem suas responsabilidades corporativas. Isto deve ocorrer num contexto regulatório transparente e estável.

30. Assumimos o compromisso de reforçar e aperfeiçoar a governança em todos os níveis, para a efetiva implementação da Agenda 21, das Metas de Desenvolvimento do Milênio e do Plano de Implementação de Joanesburgo.

O Multilateralismo é o Futuro

31. Para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, necessitamos de instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis.

32. Reafirmamos nosso compromisso com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, bem como com o fortalecimento do multilateralismo. Apoiamos o papel de liderança das Nações Unidas na condição de mais universal e representativa organização do mundo, e a que melhor se presta à promoção do desenvolvimento sustentável.

33. Assumimos adicionalmente o compromisso de monitorar, em intervalos regulares, o progresso alcançado na implementação das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável.

Fazendo Acontecer!

34. Estamos de acordo que este deve ser um processo inclusivo, envolvendo todos os grupos principais e os governos que participaram da histórica Cúpula de Joanesburgo.

35. Assumimos o compromisso de agir juntos, unidos por uma determinação comum de salvar nosso planeta, promover o desenvolvimento humano e alcançar a prosperidade e a paz universais.

36. Assumimos compromisso com o Plano de Implementação de Joanesburgo e com acelerar o cumprimento das metas socio-econômicas e ambientais com prazo determinado nele contidas.

37. Do continente Africano, Berço da Humanidade, afirmamos solenemente, aos povos do mundo e às gerações que certamente herdarão este planeta, estarmos determinados a assegurar que nossa esperança coletiva para o desenvolvimento sustentável seja realizada.

Expressamos nossa mais profunda gratidão ao povo e ao Governo da África do Sul por sua hospitalidade generosa e excelentes acomodações destinadas à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.